



Jornal FNE

Edição 26 – Julho/04

De olho no País

Esta edição do Engenheiro traz uma boa mostra das preocupações da FNE e da categoria ao redor do País. Já na capa, está a luta, encabeçada pela CBP (Central Brasileira de Profissionais) e encampada pelos sindicatos, pela correção da tabela do Imposto de Renda. A ausência dessa medida vem se configurando em verdadeiro saque ao bolso do contribuinte.

Outro assunto crucial aos engenheiros é tratado em reportagem sobre o desaquecimento na construção civil. O setor, juntamente com o de saneamento, deveria receber neste ano R\$ 12 bilhões do Governo Federal. Até agora, no entanto, apenas ínfima parcela foi liberada, inviabilizando projetos e com o conseqüente efeito deletério sobre o emprego, a renda e até mesmo a competência técnica.

A recém-lançada campanha pelo controle do fluxo de capitais, que pretende livrar o Brasil da ditadura financeira sob a qual vive desde os anos 90, também compõe nossa pauta. Estudos demonstram que enquanto o País trabalha um ano todo para gerar superávit comercial, vê essas divisas baterem asas pela falta de barreiras à sua saída. São responsáveis por isso os famosos especuladores internacionais, interessados em lucros altos e rápidos, mas também brasileiros que remetem dinheiro pela famigerada conta CC5. A irregularidade foi propiciada por medidas do Banco Central que passaram por cima da lei e, por isso mesmo, são hoje alvo de uma ação de duas procuradoras da República.

Finalmente, compartilhamos com nossos leitores as ações e iniciativas da Federação, assim como as atividades de vários dos nossos sindicatos. Bom proveito.

CAPA

“Esses R\$ 100,00 não significam nada em relação à defasagem atual. O Governo demonstrou que não existe vontade política para resolver essa situação”, afirma o engenheiro Jorge Luiz Gomes, presidente da CBP (Central Brasileira de Profissionais). A crítica diz respeito à solução do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, para evitar a correção da tabela do Imposto de Renda. Conforme anunciado, será adotado um redutor de R\$ 100,00 sobre a renda líquida tributável, diminuindo o imposto a pagar mensalmente. O benefício é mais relevante para quem ganha menos e, à medida que o salário sobe, torna-se menos significativo. Quem recebe, por exemplo, R\$ 4.000,00 paga apenas R\$ 27,50 a menos. “Essa é a lógica da distribuição das migalhas”, dispara Gomes.

Cobrança injusta

Por isso mesmo, afirma ele, continua nas ruas a campanha lançada em maio pela central, que tem como mote “Não ao saque oficial” e reivindica a votação no Congresso ainda em 2004 do reajuste de 56% da tabela, para que tenha efeito em 2005. Gomes informa que a iniciativa, inaugurada no Rio Grande do Sul, vem se espalhando pelo País e tende a crescer. “Já são milhares de adesões ao abaixo-assinado que está circulando”, conta. A expectativa positiva funda-se principalmente na injustiça que a não-correção representa. “Isso caracteriza apropriação indébita contra as pessoas físicas, que já respondem por 50% do total arrecadado e estão revoltadas.”

Além de atingir o bolso dos contribuintes, a situação atual também prejudica a Nação, ao reter recursos que iriam para a poupança das famílias ou para o consumo. Quem atesta é o economista Marcio Pochmann, secretário de Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade do município de São Paulo. No estudo “Imposto de Renda e Compressão da Massa Salarial Líquida no País”, divulgado em maio último, ele demonstra que, devido ao IR, deixaram de ir para o bolso dos trabalhadores R\$ 4,5 bilhões. Pelos seus cálculos, isso significou quase 1% a menos de recursos disponíveis para o consumo direto dos 6,69 milhões de trabalhadores que pagaram o imposto. Paralelamente, entre 1998 e 2004, a participação da massa de rendimentos dos trabalhadores no PIB caiu de 39% para 35%.

As conseqüências do congelamento vão além e contribuem até para a manutenção das altas taxas de desemprego no País. Pelas contas de Pochmann, o montante de renda que seria liberado corresponderia a 0,3% do PIB, o que propiciaria a geração de 100,5 mil novos postos de trabalho no Brasil.

OPINIÃO I

Durante as discussões para a elaboração da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), no início da década de 1940, Oliveira Vianna alertava para que não se confundisse o problema da classificação das atividades e profissões (que é científico) com o do seu enquadramento em sindicatos (que é político). Ele se alongava em sua argumentação exatamente sobre a classificação e o enquadramento dos engenheiros (Problemas de Direito Sindical, Rio de Janeiro, Ed. Max Limonad, s.d., páginas 148-149).

Essa discussão, aliás, encontra-se amortecida em todos os campos sindicais, ideológicos, políticos, jurídicos e profissionais, que se configuram atualmente. Como contribuição ao debate (ainda incipiente), sugiro que se levem em conta as considerações de Robert Reich, ex-ministro do Trabalho dos Estados Unidos, em seu livro “O trabalho das Nações”, de 1944 (editado no Brasil em 1996 pela Educator).

Reich dividiu o conjunto dos trabalhadores estadunidenses em quatro grandes grupos: repetitivos (montadores, digitadores etc), com funções interpessoais (enfermeiros, bancários etc), analistas simbólicos (engenheiros, projetistas etc) e outros (que não se enquadram nos três primeiros).

Na estrutura produtiva brasileira, bastante complexa, o grupo dos “analistas simbólicos”, ampliado para as funções de enquadramento da produção, terá que ser reconhecido e levado em conta quando se tratar de compatibilizar a classificação (das atividades) com a organização (dos sindicatos).

João Guilherme Vargas Netto é consultor sindical

OPINIÃO II

O movimento sindical brasileiro é fruto de uma longa e vitoriosa trajetória, cujo marco culminante foi a Constituição de 1988, através da qual consagrou-se o princípio da unicidade, sob o signo da liberdade, da autonomia e da independência na organização das entidades.

De lá para cá, o número dessas multiplicou-se por três. O FST (Fórum Sindical dos Trabalhadores) debruçou-se, nos últimos meses, no estudo desse problema, constatando que muitos dos que defendem o “pluralismo” sindical utilizam os maus exemplos, que representam uma ínfima minoria, apenas como pretexto para justificar sua posição.

Nesse sentido, o projeto de reforma sindical do FNT (Fórum Nacional do Trabalho) é contraditório, confuso, indefinido e tem indício de inconstitucionalidade, pois, enquanto alardeia a liberdade de organização, propõe a criação de um conselho tripartite, que em vários aspectos remeterá a decisão final sobre eventuais litígios ao Ministério do Trabalho – o que representa o retorno do atrelamento.

Não há como negar os problemas que se acumularam ao longo do tempo, mas é incontestável a possibilidade de democratizar a atual estrutura no regime da unicidade, da contribuição compulsória, da representatividade por categoria profissional, mantendo as prerrogativas dos sindicatos negociarem livremente, sem nenhuma interferência de entidades de outros graus de representação, a não ser que sejam convidadas para essa finalidade.

O projeto apresentado pelo FNT também não assegura a propalada legitimidade das entidades, ao introduzir o conceito de “representatividade derivada”, ou seja, um determinado sindicato poderá ser reconhecido simplesmente filiando-se a uma entidade de grau superior.

Nessa proposta, não se fala abertamente em “pluralidade”, mas permite-se que cada central reconhecida constitua a sua própria estrutura vertical, podendo ela criar confederações, federações e sindicatos.

Com isso, o projeto consagra as centrais como órgãos nacionais e de direção do movimento sindical, atribuindo-lhes competências que só podem ser desempenhadas pelas entidades representativas das categorias profissionais.

Também incorre em grave equívoco ao mudar o conceito de organização sindical por categoria profissional ou econômica para os chamados ramos de atividade. Isso servirá apenas para extinguir as categorias diferenciadas, as profissões liberais e eliminar entidades históricas e representativas, que terão que sofrer um profundo reordenamento.

Esses e outros motivos elevam a nossa convicção de que o projeto do FNT pretende reorganizar o movimento sindical brasileiro a partir das cinzas do atual. O desejo de mudanças não pode apagar meio século de conquistas dos trabalhadores organizados pela atual estrutura, cuja vitória mais recente foi a eleição de um operário, e uma de suas mais expressivas lideranças, à Presidência da República.

*José Calixto Ramos é presidente da CNTI
(Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria)*

ENGENHARIA

Dos aproximadamente R\$ 12 bilhões que o Governo Federal se comprometeu a aplicar neste ano nos setores de saneamento ambiental e habitação, muito pouco já foi efetivamente gasto. Segundo o presidente da CBIC (Câmara Brasileira da Indústria da Construção), Paulo Safady Simão, até agora foram liberados apenas 13% dos R\$ 8,2 bilhões previstos à área, “praticamente para venda de imóvel pronto e material de construção, o que não movimentou nada”. Conseqüentemente, o setor de construção civil fechou o primeiro trimestre deste ano com desempenho aquém de suas expectativas. Pesquisa do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) indica que o segmento encolheu 2,3% em comparação a igual período de 2003, mesmo com o PIB brasileiro fechando em alta de 2,7% – resultado obtido graças às exportações. Apesar disso, conforme dados do Sinduscon-SP (Sindicato da Indústria da Construção Civil de São Paulo) e da GV Consult, baseados em estudo do Ministério do Trabalho, nos quatro primeiros meses do ano houve a abertura de cerca de 40 mil vagas. Todavia, o estudo aponta saldo negativo, dada a quantidade de postos de trabalho fechados nos últimos anos – somente em dezembro de 2003 foram 42 mil e a construção civil encerrou o período com um PIB de menos 8,6%. “O volume de obras programadas para este ano não é suficiente para um aquecimento muito grande”, avalia o presidente da CBIC.

Aos programas habitacionais, de acordo com informações do Ministério das Cidades, os recursos previstos são provenientes de diversos fundos, incluindo FGTS, Caixa Econômica Federal e OGU (Orçamento Geral da União). Representam 40% a mais em relação a 2003, o que permitirá atender 430 mil famílias e gerar cerca de 423 mil empregos. As ações do Ministério nessa área incluíram baixar a faixa de renda que esses recursos atingiriam, com foco no atendimento às famílias que recebem não mais do que cinco salários mínimos, onde se concentra 92% do déficit habitacional do País de 6,6 milhões. Nessa linha, o órgão instituiu o Programa de Crédito Solidário, destinado às famílias organizadas em cooperativas ou associações que ganham entre zero e três mínimos, cujo orçamento é de R\$ 542 milhões. Safady reconhece que o Governo “está se movimentando, mas ainda muito devagar. A gente se ressenha porque esse montante já podia estar contratado e produzindo”.

Boa intenção, mas...

O setor de saneamento ambiental também aguarda a liberação dos recursos prometidos. Oriundos do FGTS, BNDES e de dotações do OGU alocadas em diversos ministérios, somam mais de R\$ 4,6 bilhões. Sua aplicação beneficiará 2,4 milhões de famílias e gerará 314 mil postos de trabalho e renda, conforme o Ministério das Cidades. No final de abril, o Governo Federal apresentou o Projeto de Saneamento Ambiental em regiões metropolitanas, que investirá R\$ 400 milhões do orçamento. E em 20 de maio, anunciou que liberará parte dos recursos do FGTS – R\$ 2,9 bilhões no total – às prefeituras, governos estaduais e companhias públicas. Serão R\$ 2,125 bilhões para obras de saneamento ambiental e o compromisso é que os R\$ 800 milhões restantes saiam ainda no próximo mês. O objetivo é amenizar carência histórica nessa área, lembra o Ministério, “agravada nas últimas décadas não só pela falta de

investimentos, mas também pela ausência de uma política nacional para o setor. Resultado disso é que 45 milhões de brasileiros não têm acesso aos serviços de abastecimento de água potável, 83 milhões ainda não possuem esgotamento sanitário e 14 milhões não contam com coleta de lixo”.

A intenção é boa, mas o fato é que quem produz ainda não viu a cor do dinheiro ou recebeu muito pouco, como atesta o presidente do Sindesam (Sindicato Nacional das Indústrias de Equipamentos para Saneamento Básico e Ambiental), Gilson Cassini Afonso. Segundo ele, a indústria do saneamento deverá diminuir os postos de trabalho, “pela falta de instalações e projetos em execução, porque os recursos não estão chegando”. Conforme Cassini, estudo do Sindesam mostra que a redução de vagas foi de 10% de 2002 para 2003 e, caso não haja investimentos, neste ano poderá superar essa marca. Com isso, “corre-se o risco de desqualificação da mão-de-obra técnica e sucateamento do parque tecnológico nacional”. Também tem esse receio a presidente do Sinaenco (Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva), Norma Gebran Pereira. “É nossa preocupação que, com essa imobilidade, vamos perder competência técnica no setor de engenharia, devido ao alto número de empregos cortados.”

Processo lento

Mas se a verba está comprometida, por que os setores de saneamento e construção civil continuam praticamente à míngua? Gebran explica: “Dada a burocracia e a rotina dos mecanismos à liberação, não se pode esperar que o desejo do Palácio do Planalto vire um contrato de engenharia, é um processo lento. Seria desejável agilizá-lo, mas as amarras são muito grandes. É preciso mudar as regras de financiamento.” A secretária executiva do Ministério das Cidades, Ermínia Maricato, admite que “há certa dificuldade de se andar rapidamente, mas por conta de uma legislação cuja finalidade é defender o interesse público. No programa de urbanização de favelas, as prefeituras queixaram-se da burocracia e a tendência é diminuí-la. Acho que alguns aspectos nesse sentido poderiam ser facilitados e estamos estudando isso”. Ela garante que para o segundo semestre a expectativa é de efetivação de contratos. Ao saneamento, “grandes empresas estão abrindo várias frentes de licitação e podemos esperar para agosto um impacto forte e outro para o final do ano. Em relação à habitação, já poderemos senti-lo a partir de agora. Mas acho que gastar todos os recursos contratados no mesmo ano nunca acontece”.

SINDICAL I

Aproximar-se de cada um dos sindicatos que a compõem, identificar os problemas nas diversas partes do País e fortalecer as entidades para que possam enfrentá-los. Esses são os objetivos dos encontros regionais programados pela Federação, iniciativa inaugurada em 4 de junho, no Ceará, envolvendo também representantes do Rio Grande do Norte, Piauí e Alagoas. “Isso reforçará o papel dos sindicatos como agentes fomentadores do desenvolvimento social e tecnológico em cada estado e região do País”, afirmou o presidente da FNE, Murilo Celso de Campos Pinheiro.

A reunião ocorreu na cidade de Fortaleza, na sede do Senge Ceará, com a participação dos dirigentes sindicais da região Francisco Fontenele Meira, Valderedo de Almeida Magno, José Ailton Ferreira Pacheco, Augusto César de Freitas Barros, Antônio Florentino de Souza Filho, Luiz Alexandre S. Farias, Francisco Régis Carneiro de Andrade, Pedro Idelano de Alencar Felício e José Roberto Pinto Cavalcante. E ainda, do diretor da FNE, Flávio de Oliveira Brízida, e do assessor sindical João Guilherme Vargas Netto.

Participação social

Nesse fórum, foram abordados temas prementes para a categoria, como as reformas sindical e trabalhista, participação nos lucros e resultados, negociações coletivas e os congressos estaduais do Sistema Confea/Creas.

Na ocasião, Pinheiro relatou que a entidade foi convidada a participar do FNT (Fórum Nacional do Trabalho), que estuda as alterações da estrutura sindical brasileira, na câmara setorial que discutirá a situação dos profissionais liberais. A oportunidade, informou ele, será utilizada para reivindicar a correção de rota do que vem sendo proposto até agora e significa enfraquecimento da organização dos trabalhadores. “É preciso fazer valer nossas teses nesse espaço”, assegurou.

O presidente da FNE também anunciou o lançamento do projeto “A engenharia e as cidades”, que pretende debater com os candidatos a prefeito e vereadores de todo o País suas propostas aos municípios. Nesses eventos, os sindicatos terão oportunidade não só de ouvi-las, mas de apresentar aos que pleiteiam um cargo público suas sugestões para os problemas locais.

O segundo encontro ficou agendado para os dias 17 e 18 de junho, na cidade de Belém, no Pará. Desse, participariam, além do anfitrião, os Senges Acre, Amapá, Amazônia e Tocantins. Na pauta, além da conjuntura nacional, projetos da FNE, como o Programa Engenheiro Empreendedor – uma palestra do Eng. Esdras Magalhães dos Santos Filho abordaria a experiência paulista em parceria com o Sebrae (Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), que oferece cursos aos profissionais.

A agenda também inclui visitas aos chefes dos executivos estadual e municipal, aos presidentes da Assembléia Legislativa, da Câmara Municipal e do Crea-PA, com o objetivo de ampliar as relações com essas instituições.

Reajustado mínimo profissional

Estabelecido pela Lei 4.950-A/66, o piso profissional da categoria, para uma jornada de trabalho de seis horas diárias, corresponde a seis salários mínimos, valor equivalente hoje a R\$ 1.560,00. Para os que cumprem oito horas, a FNE e seus sindicatos filiados defendem que o piso seja de nove salários mínimos – ou R\$ 2.340,00. As empresas que não cumprirem a regra estão sujeitas a ações judiciais.

FNE atenta ao PL do Senado

O Projeto de Lei 18/2003, que teve origem no Senado, dispõe sobre o exercício das profissões de mestre de obras e de encarregado, determinando seu registro no Crea (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia) como auxiliares técnicos. Chama atenção o artigo 2º, inciso V, ao estabelecer que a atividade efetiva-se para realizar estudos, supervisão, cálculos etc. Preocupada, a FNE está estudando esse assunto para tomar as medidas cabíveis.

Eletrobrás não melhora proposta

Não houve avanços na proposta do Grupo Eletrobrás na reunião realizada em 8 de junho. A empresa manteve a oferta de 5,26%, enquanto a FNE reivindica o INPC, de 5,6%. Para recuperação da perda da massa salarial, propôs pagamento de um abono equivalente a uma remuneração apenas para quem ganha até R\$ 2.000,00. Aos empregados que recebem acima desse valor, seria aplicado um redutor de 50%. Segundo José Latrônico, representante da FNE, “a proposta é Robin Hood e afeta todos os engenheiros e a maioria dos empregados de nível superior”. Outro ponto negativo foi a falta de interesse na revogação da CCE009, que mantém diferentes status para os funcionários. Para a FNE, é inaceitável manter duas classes de empregados, uma usufruindo todos os direitos e outra recebendo benefícios parciais. Para completar, o Dest (Departamento de Coordenação e Controle das Estatais) sinalizou que a Participação nos Lucros e Resultados será feita contabilizando-se os balanços de todas as empresas. Essa fórmula é prejudicial aos empregados da Chesf, Furnas e Eletrosul, que têm forte tendência de lucros, os quais podem ser afetados pelos desempenhos negativos de outras companhias. A FNE propõe a manutenção do critério dos anos anteriores: em casos de perdas, o pagamento se daria em função de resultados. “Lucros nem sempre dependem da performance do trabalhador. É só verificar o efeito da variação cambial nos balanços”, afirma Latrônico.

SINDICAL II

PA

Lançada regional da CBP no Pará

No dia 15 de junho, foi lançada a regional da Central Brasileira de Profissionais no Estado do Pará, por Jorge Luiz Gomes, presidente nacional da Central. O evento aconteceu na sede do Senge, em Belém. Segundo Manuel José Menezes Vieira, presidente do sindicato e um dos coordenadores da CBP, a entidade nasce, no Estado, com a participação de engenheiros, odontologistas, geólogos, advogados, nutricionistas e psicólogos. Também será coordenada por Bendito Elias, diretor do Senge, e Armando Souza Dourado, presidente do Sindicato dos Odontologistas.

Recuperação da Cosanpa

Em maio último, o Senge Pará entregou à diretoria da Cosanpa (Companhia de Saneamento do Pará) documento com sugestões para a recuperação da empresa, através de ações que só dependem de recursos humanos e técnicos existentes na companhia. Sugeriu, por exemplo, um mutirão de empregados para otimizar serviços de recuperação de inadimplentes e inativos, bem como a regularização de ramais clandestinos, corte seletivo de inadimplentes e otimização de custos, visando o seu equilíbrio econômico e financeiro.

Negociação com a Emater

Visando abrir negociação para o Acordo 2004-2005 com a Emater (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural), o Senge Pará solicitou à Delegacia Regional do Trabalho sua mediação para que a empresa reconheça a representatividade do sindicato.

MA

Pesquisa visa conhecer o profissional

O Senge Maranhão busca parceria com a FNE para realizar um Projeto de Análise Sociológica dos Profissionais da Engenharia, de autoria de alunos do oitavo período do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão. O objetivo é elaborar uma enquete para conhecer o profissional da engenharia, suas aspirações e expectativas quanto a um modelo de sindicato. Essa pesquisa trará subsídios à entidade para fundamentar seu plano de ação para 2004 e 2005.

RN

Evento reúne cem profissionais

No dia 7 de junho, a palestra sobre Dispositivos contra Choques Elétricos e Sistemas de Aterramento reuniu cerca de cem profissionais, entre engenheiros, técnicos e professores-instrutores, bem como estudantes de engenharia, no auditório do CT Gás. O palestrante foi Methodio Varejão de Godoy, mestre em Engenharia Elétrica pela Umist – Manchester – Inglaterra. Foi promovido pelo Senge Rio Grande do Norte, em parceria com a Schneider Eletric do Brasil Ltda. – Procobre.

Cursos com desconto

Qualificação profissional está ao alcance dos associados, dependentes, estudantes de engenharia, arquitetura e outros. Uma opção é o curso de Cad 2000, que ocorre mensalmente. Outra é o de AltoQI Hydros, um sistema para projeto de instalações hidráulicas e sanitárias prediais. Desconto de 60% para sócios. Informações pelo telefone (84) 206-3105.

GO

Empossada nova diretoria

Em 1º de junho, tomou posse a diretoria do Senge Goiás, que será comandada por Cláudio Henrique Bezerra Azevedo no triênio 2004-2007. Integram a direção Annibal Lacerda Margon, João Batista Tibiriçá, Silêncio Marciano de Paulo, José Augusto Lopes dos Santos, Gerson Tertuliano, Eduardo James de Moraes, Antônio Augusto Soares Frasca, Daniel Ferreira, Jefferson Jacks Carneiro, Eliane Carvalho Lima, Idalino Serra Hortêncio, Celina Pereira de Jesus e Valdemar Lopes Junqueira. No conselho fiscal estão Lúcio Flávio Silveira, José Luiz Barbosa Araújo, Marcelo Emílio Monteiro, Luiz Carlos Carneiro de Oliveira, Manoel Garcia Filho e Marcus Vinícius de Andrade Xavier. Como delegados junto à FNE, João Guimarães de Barros, Eduardo James de Moraes, Tatiana Gomes Malta e Annibal Lacerda Margon.

AP

Câmara aprova GRT e piso salarial

Duas leis foram aprovadas na Câmara Municipal de Macapá e precisam ser sancionadas pelo prefeito, segundo Edson Kuwahara, presidente do Senge Amapá. A nº 1.351/2003 autoriza a instituição da GRT (Gratificação de Responsabilidade Técnica) aos profissionais da área de engenharia, arquitetura e agronomia, atuantes na elaboração de projetos, execução e fiscalização de obras, avaliações e perícias técnicas de bens imóveis. Assim, receberão 30% sobre o valor do vencimento básico, sendo o adicional incorporado aos proventos por ocasião da aposentadoria dos servidores. O benefício é extensivo aos já aposentados e retroativo a janeiro de 2004. A Lei 1.355/2003 autoriza o Executivo a instituir o piso salarial de engenharia,

arquitetura e veterinária para o servidor da administração direta e autárquica da Prefeitura Municipal de Macapá que exerce essa função. O piso estabelece seis salários mínimos e entrará em vigor a partir de janeiro de 2005.

SC

Comemoração de 70 anos da ACE

No dia 21 de maio, foram comemorados os 70 anos da ACE (Associação Catarinense de Engenheiros), na sede da Ascan (Associação dos Funcionários da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento). É a mais antiga entidade de engenharia de Santa Catarina, onde foi criado o Senge Santa Catarina, informou o seu presidente, Carlos Bastos Abraham, ressaltando que “continua sendo a nossa maior parceira no Estado”.

ECONOMIA

O tema é árido, até para economistas. Mas um grupo de organizações quer transformá-lo numa bandeira nacional e na reivindicação número um dos que pedem mudanças na política econômica do Governo de Luiz Inácio Lula da Silva. O primeiro passo foi o seminário “Controle de Capitais – Lançamento da campanha nacional” – convocado pelo movimento Attac (Ação pela Taxação das Transações Financeiras em Apoio ao Cidadão), Instituto Rosa Luxemburgo, da Alemanha, e Grupo de Pesquisa em Moeda e Crédito da PUC (Pontifícia Universidade Católica) de São Paulo. O encontro, no último final de semana de maio, aconteceu na sede do Seesp (Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo) e da PUC. Os dois dias de debate uniram líderes de movimentos sociais, sindicatos, organizações não-governamentais, intelectuais e outros cidadãos interessados no futuro do Governo Lula.

Nessa diversidade, um consenso: impor uma barreira à evasão de divisas é o primeiro passo para qualquer alteração da política econômica. “É a campanha mais urgente do momento e pode unir as demais”, afirma Luiz Bassegio, coordenador do Jubileu Brasil – responsável pela campanha que questiona a dívida externa brasileira e pela contrária à Alca (Área de Livre Comércio das Américas). Os economistas explicam o porquê. “Sem isso não dá para reduzir juros, nem renegociar dívida”, destaca Marcos Antonio Cintra, um dos que participaram do seminário. “Na atual situação, por exemplo, a taxa básica determinada pelo Banco Central não pode ir para menos de 16%”, constata. Isso porque, segundo ele, se o juro brasileiro fica abaixo da taxa dos Estados Unidos, descontando-se o risco-país, os investidores podem retirar suas aplicações. Nessa situação, se o Banco Central dos EUA aumentar sua taxa, o Brasil também terá de seguir o caminho, para evitar uma fuga de capitais. A solução seria criar mecanismos que, ao menos, dificultassem essa situação, propõe Cintra.

Eternamente endividados

Outro desafio que só pode ser enfrentado com controle de capitais é a dívida, principal dispêndio do orçamento público – 28 vezes maior que o gasto em transportes e 47 vezes maior que em segurança. “Já falávamos que o primeiro passo, antes da negociação, seria o controle da evasão. Porque, sem barreiras, uma revisão dos contratos provocaria uma enorme fuga de capitais”, acredita Maria Lúcia Fatorelli, presidente do Unafisco (Sindicato Nacional dos Auditores- Fiscais). Ela também é coordenadora da Auditoria Cidadã, uma campanha que exige do Governo que cumpra a Constituição e verifique oficialmente o que o Brasil tem de fato a pagar.

João Machado, professor de Economia da PUC, rebateu as críticas mais comuns ao controle. “Quando estamos recebendo investimento estrangeiro, falam que não é preciso evitar a saída porque está chegando dinheiro. Quando passamos por momentos como agora, em que se reduz a entrada, não podemos barrar a evasão porque afetaria nosso financiamento.” Segundo ele, evidentemente, é melhor estabelecer regras em épocas de grande liquidez, mas não se pode enfrentar uma situação de crise sem elas.

Dólares brasileiros

A evasão que ameaça as reservas nacionais não se dá apenas por especuladores estrangeiros que aplicam na Bovespa (Bolsa de Valores de São Paulo). Pelo contrário, há indícios de que a maior parte do dinheiro que deixa a Nação pertence a brasileiros. A previsão do próprio Banco Central é de que, este ano, os cidadãos do País enviarão US\$ 6,6 bilhões ao exterior. Somado ao que as empresas nacionais devem pagar em juros de dívidas em dólares – cerca de US\$ 16 bilhões –, o resultado é quase igual à expectativa de superávit comercial: US\$ 24 bilhões. “O País trabalha um ano inteiro para exportar, mas o dinheiro servirá apenas para pagar juros de dívidas privadas e remessas ao exterior”, lamenta César Benjamin, um dos coordenadores da Consulta Popular.

O principal instrumento para a emigração das divisas brasileiras – e que seria a primeira porta a ser trancada, na opinião dos organizadores da campanha – são as chamadas “contas CC5”. O apelido vem da sigla da Carta Circular número 5, do BC, que as autorizou. São contas, em teoria, reservadas a estrangeiros residentes no Brasil. Partem de uma lógica simples: permitir que essas pessoas, diplomatas e executivos, por exemplo, enviem o dinheiro que recebem aqui ao seu país de origem. Na prática, as CC5 são hoje usadas amplamente. “Qualquer cidadão, em qualquer banco, pode fazer, dura 15 minutos”, atesta Cintra.

Isso porque, por meio de portarias e cartas circulares, as antigas diretorias do BC driblaram as restrições da lei. Muitos desses ex-diretores – entre eles, o ex-presidente do banco, Gustavo Franco – são alvo hoje de uma ação das procuradoras da República, Raquel Branquinho e Valquíria Quixadá. Elas denunciaram como, durante o Governo Fernando Henrique Cardoso, essas alterações atropelaram o Congresso Nacional e suas leis sobre controle de capitais, para permitir, na prática, a evasão.

ENTREVISTA

Abrir 3 milhões de postos no País é a expectativa do senador Paulo Paim (PT-RS) com a aprovação do seu projeto que atende a reivindicação histórica das organizações sindicais: a diminuição dos turnos de trabalho. Oriundo desse movimento, Paim reconhece que será necessário o apoio do Governo para que sua proposta avance. Discutir e convencer a base tem sido uma das missões desse parlamentar, que se apresenta como uma das vozes dissonantes do partido no Congresso Nacional com relação às questões trabalhistas. Quanto às reformas nessa área, ele considera o momento inoportuno para se enviar tais projetos ao Legislativo. “Eu não mandaria neste ano, nem no próximo”, enfatizou Paim em entrevista ao Engenheiro .

Qual o objetivo do seu projeto de lei que trata da redução da jornada de trabalho?

A tendência mundial é de que cada vez mais a máquina vá substituir o homem e a única forma de se manter os postos de trabalho é a redução em quatro horas para cada jornada preestabelecida. Se isso acontecesse e nós diminuíssemos também as horas extras, estaríamos gerando no País em torno de 3 milhões de novos empregos de forma direta. Num primeiro momento sairíamos de 44 para 40 horas e, gradualmente, até chegar a 36. É o objetivo e nessa história não existe banco de horas.

Segundo o senhor, a medida geraria 3 milhões de empregos diretos. Isso mesmo sem crescimento econômico?

No quadro que está aí. Se houver o crescimento econômico tão sonhado, pode se gerar o dobro desses empregos.

E quais as perspectivas para o projeto?

O projeto tem duas etapas. Nós o apresentamos junto com o deputado Inácio Arruda na Câmara e também aqui no Senado. Na Câmara está numa comissão especial e no Senado, na comissão de economia.. Um projeto desses, pela sua envergadura e repercussão, para que possa avançar, precisa ter o apoio do Governo, que não tem posição oficial sobre isso, mas incentiva o debate. Daí, o projeto poderá ser aprovado ainda no primeiro semestre de 2005, senão fica difícil.

Mais avançada do ponto de vista do Governo está a reforma sindical, que deve chegar ao Congresso em agosto. Como o senhor vê esse assunto?

O bom senso manda que essa matéria continue a ser debatida, estabeleçam-se fóruns representativos onde estariam as centrais, confederações, federações e vamos construir o que

é possível e não tentar passar uma proposta que, segundo as informações que me chegaram, não foi acatada em 90% dos fóruns estaduais. O momento é totalmente inoportuno para mandar essa matéria para o Congresso Nacional. Por mim, eu não mandaria neste ano, nem no próximo.

Qual a sua opinião sobre o que saiu do Fórum Nacional do Trabalho que, em tese, será a base das proposições do Executivo?

Acho que é uma proposta complexa, que mais divide o movimento que unifica. Precisaria de muito mais diálogo para ser remetida ao Congresso Nacional. Além disso, deve ser mantido o artigo 8º da Constituição, que garante a liberdade e autonomia sindical. Querer fazer a pluralidade só vai criar um choque desnecessário num princípio já existente. Outro problema é que não dá para mudar de categoria para ramo de atividade econômica.

E com relação à reforma trabalhista, que deve ser discutida na seqüência?

A reforma trabalhista pode passar a impressão que vai valer a negociação acima do legislado. A lei tem que ser preservada sempre, porque visa proteger a parte mais fraca, que, na relação capital e trabalho, é o trabalho.

Qual proposta o senhor defenderia?

A reforma trabalhista deveria caminhar na linha de ver como se pode gerar mais empregos. E para isso tem que unir uma série de coisas, é preciso diminuir a taxa de juros, fazer a reforma agrária, aprofundar o debate da redução da jornada e ver o que é ocioso efetivamente nos tais encargos sobre a folha e na própria reforma tributária. Tem que promover uma longa discussão sob diversos pontos da conjuntura que apontem para uma melhor relação entre capital e trabalho, que garantam o processo da negociação com uma certa proibição da demissão imotivada. Em todos os países onde fizeram a reforma trabalhista numa linha de retirar direitos o desemprego aumentou.

O senhor tem também se manifestado contra o salário mínimo de R\$ 260,00, já aprovado na Câmara dos Deputados. Qual a sua proposta?

O meu projeto é de R\$ 300,00 estendendo o mesmo percentual aos aposentados. Também passaria a ser corrigido de acordo com a inflação e teria um aumento real igual ao dobro do crescimento do PIB. Com isso, se o País ficasse mais rico se investiria no mais pobre.

E o que deve acontecer no Senado? Passa a MP do Governo ou o projeto de um mínimo maior?

Se a votação fosse hoje, não teria dúvida que ganharíamos. Agora, a máquina do Governo é poderosa e ele está trabalhando para mudar a tendência do Senado.

Um fosso separa o Brasil digital do analógico. Enquanto 90% dos lares do País possui pelo menos uma televisão, menos de 10% dos seus cidadãos têm acesso à Internet. Uma das principais estratégias do Governo Federal para mudar esse quadro nos próximos anos será a TV digital. Combinando uma melhor qualidade de áudio e vídeo com a possibilidade de interação com o usuário, pretende, com o desenvolvimento de um padrão brasileiro, resolver três problemas de uma só vez: usar o adaptador necessário para a recepção do sinal da TV digital como um pequeno computador, capaz de acessar a rede mundial; estancar uma futura sangria de recursos para o exterior, derivada do pagamento de royalties pela tecnologia; e dar um novo fôlego à indústria eletro-eletrônica nacional, que hoje se dedica a montar componentes importados.

Tirando o atraso

Todos esses fatores pesaram na decisão – que partiu da gestão de Miro Teixeira no Ministério das Comunicações e foi mantida pelo novo titular da pasta, Eunício de Oliveira – de se desenvolver um padrão brasileiro. Para isso, está previsto, só neste ano, investimento de R\$ 65 milhões. A maior parte vem do Funttel (Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações) e o restante virá do CPqD (Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações). No dia 11 de junho, encerrou-se a chamada para os grupos de pesquisa promovida pela Finep (Financiadora de Estudos e Projetos), que administra os recursos oriundos do Funttel. Foram seis os temas prioritários: transmissão, recepção e codificação; transporte; interatividade; codificação de sinais fonte; middleware (software); e serviços, aplicações e conteúdo.

“É um bom investimento inicial”, afirma Valdecir Becker, pesquisador da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), cujo grupo, o I2TV, atualmente pesquisa TV interativa usando como base de transmissão a Internet. Segundo ele, os europeus gastaram, em 12 anos, US\$ 500 milhões para desenvolver o seu padrão. “Mas o Brasil não começa do zero, então não devemos gastar nem a metade disso”, relativiza. O tempo para a implantação também deverá ser bastante menor. Becker calcula ser possível desenvolver e implantar uma tecnologia majoritariamente nacional em, no máximo, seis anos. Se o País tivesse resolvido simplesmente adotar um dos padrões disponíveis, o estadunidense, o europeu ou o japonês, esse prazo seria de dois anos.

O grupo de Becker decidiu iniciar os trabalhos e usar a Internet como meio para não ter que esperar a definição do Governo sobre a adoção de um padrão internacional ou o desenvolvimento de um modelo próprio. Para ele, será inevitável utilizar alguma tecnologia internacional, o que pode variar é o grau em que isso será feito.

Hoje, o Brasil está um pouco mais de dez anos atrasado tecnologicamente no campo da TV digital. Os anos necessários para desenvolvimento de seu padrão próprio significarão mais demora. “Em alguns pontos, a política adotada pelo Governo ainda é confusa, mas acho que

vale a pena desenvolvermos um padrão nacional”, afirma Becker. “Contanto que se aceite importar certas partes do sistema”, completa.

Para o professor da Faculdade de Engenharia Elétrica da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas), Yuzo Iano, a discussão sobre os padrões é uma boa oportunidade para se avaliar as tecnologias digitais e os outros objetivos correlatos, porém ele adverte: “A adoção pura e simples de um padrão existente economizaria os recursos que hoje estão sendo destinados à pesquisa.”

Tecnologia equivalente

A qualidade técnica dos três sistemas internacionais é semelhante, com uma pequena desvantagem para o estadunidense, o ATSC (Advanced Television Systems Committee), que tem falhas para usuários que utilizam antena de recepção interna, como é o caso da maior parte da população brasileira. Seu ponto forte são as transmissões em alta definição. O europeu, DVB (Digital Video Broadcasting), preza pela interatividade. E o japonês, ISDB (Integrated Services Digital Broadcasting), se dá bem no quesito recepção móvel (em celulares, por exemplo).

Contudo, as diferenças técnicas tendem a se anular com o passar do tempo. Becker diz que isso ocorreu com os padrões analógicos. “Quando foi desenvolvido o sistema de cores NTSC, norte-americano, ele tinha falhas importantes em relação ao europeu, o PAL. Hoje, elas não existem mais”, afirma. Iano, da Unicamp, concorda: “A superioridade de um determinado padrão pode acontecer apenas por um certo período de tempo. Algumas técnicas, que resultam em melhor desempenho hoje, podem ser incorporadas nos outros sistemas no futuro.”

Não havendo grandes disparidades tecnológicas entre o que está disponível no mundo e mesmo o que o Brasil pode fazer em alguns anos, a decisão ficará por conta de critérios políticos e econômicos. A Abert (Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão) calcula que as redes de TV gastarão US\$ 1,7 bilhão em novos equipamentos. Os telespectadores deverão despende, em média, se for adotado um padrão nacional, R\$ 150,00. Se fosse totalmente importado, cada caixa receptora representaria, no mínimo, o envio de US\$ 32 ao exterior. Iano vê a oportunidade para a indústria brasileira principalmente na fabricação dos receptores. “Parece remota a possibilidade de fabricação de equipamentos para a geração e transmissão dos sinais, devido aos custos e à falta de know-how . Para a recepção, existe alguma chance”, avalia.